

***Intervenção do Deputado José Andrade no debate  
sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº27/X – “Primeira alteração ao Decreto  
Legislativo Regional nº13/98/A, de 4 de agosto, que define e caracteriza o património baleeiro  
regional e estabelece medidas e apoios destinados à respetiva inventariação,  
recuperação, preservação e utilização”  
Horta, 3 de junho de 2014***

Senhora Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhores Membros do Governo

Os Açores são, antes de mais e acima de tudo, mar.

O mar é a herança do nosso passado e o potencial do nosso futuro.

O património marítimo dos Açores é muito importante em todos os aspetos mas ainda pouco considerado em alguns.

Um dos aspetos mais identitários da nossa relação histórica e natural com o mar é o património baleeiro regional.

A atividade económica da caça à baleia nos Açores remonta ao século XVIII, por influência da baleação americana; começa a ganhar expressão local no segundo quartel do século XIX, com os primeiros botes baleeiros da baía faialense do Porto Pim; e assume importância significativa a partir de meados do século XX, com a fundação de fábricas de processamento de cachalote em diferentes ilhas, até ao encerramento da última unidade industrial em S. Roque do Pico, em 1984 – completam-se agora 30 anos.

O património sobrevivente passou então de utilização a memória e de economia a cultura.

Há bons e maus exemplos de recuperação e revitalização do património baleeiro regional.

O atual Museu Regional da Ilha do Pico, com o núcleo sede das Lajes e o polo industrial de S. Roque, é um bom exemplo de fruição patrimonial, confirmado pelo número recorde de visitas anuais.

Pelo contrário, a antiga fábrica da “União das Armações Baleeiras de São Miguel”, na confluência litoral das freguesias de Capelas e São Vicente Ferreira, é um mau exemplo de consideração pelo nosso património identitário.

Foi a primeira fábrica da baleia construída nos Açores, em 1937, mas a empresa encerrou na década de 70 e a Região não foi capaz de evitar a demolição das suas instalações em 2007.

Da sua memória local resta agora o antigo terreno, a chaminé industrial e o guincho mecânico da rampa de varagem, para além de importante espólio material e documental que se encontra disperso por coleções particulares e entidades públicas.

Na sequência da denúncia feita em março por requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, de que estará iminente a sua alienação em hasta pública, o governo anunciou a intenção de promover agora a classificação deste espaço de referência evocativa – o que, não sendo muito, é melhor que nada.

Este exemplo lamentável de destruição patrimonial ajuda a compreender a pertinência de legislação adequada à inventariação, recuperação, preservação e utilização do património baleeiro regional.

Em 1998, o Parlamento dos Açores instituiu, sob proposta do governo regional, um quadro legislativo que visava estabelecer “medidas de apoio à manutenção e fruição do património baleeiro que garanta a sua preservação e a transmissão para as gerações futuras dos saberes e das tradições ligadas à baleação”.

Tratava-se, então, de classificar e preservar o património resistente – o que, com exceções pontuais que confirmam a regra geral, permitiu desenvolver um trabalho importante com o envolvimento determinante dos clubes navais e entidades privadas a par do governo regional e autarquias locais.

Dezasseis anos depois, pretende-se atualizar o quadro vigente com a proposta em debate.

Assegurada a salvaguarda do património, trata-se, agora, de “rentabilizar a sua utilização no campo desportivo e turístico, melhorar as condições da sua



proteção e conservação e incentivar a formação na arte de velejar em botes baleeiros”.

Designadamente, permite-se, de forma expressa, que “as embarcações cedidas pela Região possam ser utilizadas em atividades marítimo-turísticas”, potenciando assim o investimento público realizado e, sobretudo, possibilitando arrecadar e canalizar proveitos privados para a sua manutenção.

As intenções parecem boas e a sua bondade é confirmada pelos pareceres recebidos na apreciação do diploma em sede de comissão.

Por isso votaremos favoravelmente.

Mas não abdicaremos da preocupação atual e da fiscalização futura para que a aplicação desta iniciativa, em caso algum, resulte em qualquer forma de concorrência desleal com os operadores privados que desenvolvem atividade marítimo-turística nos Açores.

Estamos aqui para viabilizar boas intenções e estamos aqui para denunciar más aplicações.

É assim que funciona uma oposição responsável.